

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA LOJAS INSINUANTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

LOJAS INSINUANTE S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na Rua Monsenhor Olímpio, n.º 47, CEP 45.000-360, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 16.182.834/0001-03, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE n.º 29.200.145.597, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

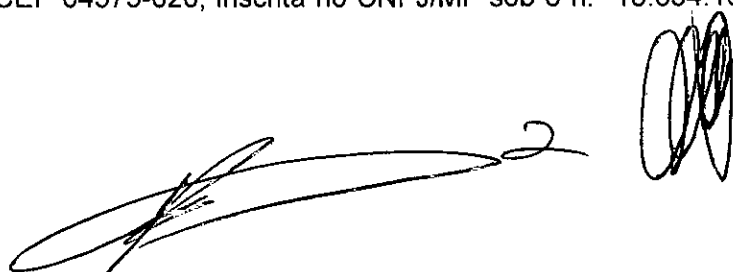
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidores,

UNIN PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na Rua Monsenhor Olímpio, n.º 47, CEP 45.000-360, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.483.105/0001-50, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Unin");

RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na Praça Barão do Rio Branco, n.º 43-A – parte, Centro, CEP 45.000-903 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.481.309/0001-92, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("RN Comércio");

MÁQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.634.167/0001-70, neste



ato, representada na forma de seu estatuto social ("MVB" e, em conjunto com a Unin e a RN Comércio, "Garantidores Pessoa Jurídica");

RICARDO RODRIGUES NUNES, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 4.904.553 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 749.467.146-34, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 ("Garantidor Pessoa Física" e, em conjunto com os Garantidores Pessoa Jurídica, referidos como "Garantidores"); e

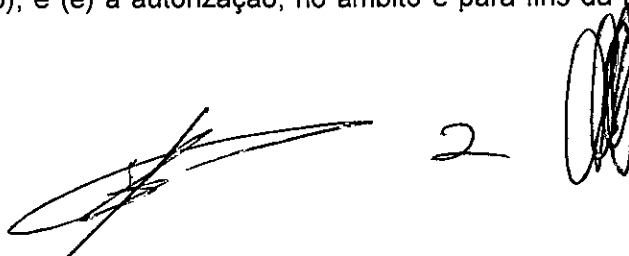
E ainda, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo):

ADRIANA BATISTA NUNES, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 2.720.233 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n.º 000.831.806-99, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 ("Cônjuge Anuente").

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 02 de maio de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (b) a aprovação da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); (c) a aprovação da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo); (d) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definida abaixo); e (e) a autorização, no âmbito e para fins da Emissão e da Oferta



Restrita (conforme definida abaixo), ao Agente Fiduciário para atuar, isoladamente, como bastante procurador da Emissora estritamente nos termos do item 2.6.4. desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76.

2.1.2. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento na JUCEB e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata de AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita será arquivada na JUCEB e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal “Folha de São Paulo”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) Dias Úteis contados das respectivas datas de arquivamento e publicações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCEB



2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEB, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEB, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.


2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação da Fiança

2.5.1. A prestação da Fiança (conforme abaixo definido), nos termos do item 4.18. abaixo, pela (i) Unin foi aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 02 de maio de 2014, cuja ata será registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Folha de São Paulo" (ii) RN Comércio foi aprovada na assembleia geral extraordinária realizada em 02 de maio de 2014, cuja ata será registrada na JUCEB e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Folha de São Paulo", e (iii) MVB foi aprovada na reunião do conselho de administração realizada em 28 de abril de 2014, cuja ata será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Folha de São Paulo".

2.6. Registro das Garantias

2



2.6.1. Em razão da Fiança (conforme definida abaixo) prestada pelos Garantidores nos termos do item 4.18.2. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.6.2. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com o inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6.3. A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos mencionados nos itens 2.6.1. e 2.6.2. acima em até 20 dias corridos a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão. No prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção de tais registros a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

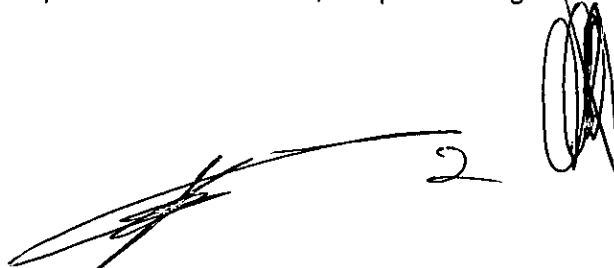
2.6.4. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, e às expensas desta, como seu bastante procurador, promover o registro desta Escritura de Emissão caso a Emissora não o faça, nos termos do item 2.6.3. acima e nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil e conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

2.6.4.1. O eventual registro da presente Escritura de Emissão realizado pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da alínea (vi) do item 4.15.3. abaixo.

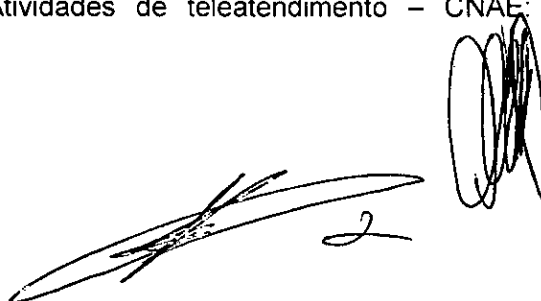
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) Lojas de departamentos – CNAE: 4713-0/01; (ii) Comércio atacadista de aparelhos elétricos de uso pessoal e domésticos – CNAE: 4649-4/01; (iii) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e domésticos, máquinas fotográficas e cinematográficas – CNAE: 4649-4/02; (iv) Comércio varejista de aparelhos elétricos e eletrônicos de uso pessoal e domésticos, máquinas fotográficas e cinematográficas –



CNAE: 4753-9/00; (v) Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria – CNAE: 4649-4/04; (vi) Comércio varejista de móveis e artigos de colchoaria – CNAE: 4754-7/01; (vii) Comércio atacadista de utilidades domésticas, artigos de relojoaria, produtos recreativos, games, brinquedos, instrumentos musicais, materiais esportivos e produtos óticos – CNAE: 4649-4/99; (viii) Comércio varejista de utilidades domésticas – CNAE: 4759-8/99; (ix) Comércio atacadista de materiais de informática e softwares – CNAE: 4651-6/01; (x) Comércio varejista de materiais de informática e softwares – CNAE: 4751-2/01; (xi) Comércio atacadista de bicicletas e triciclos – CNAE: 4649-4/03; (xii) Comércio varejista de bicicletas e triciclos – CNAE: 4763-6/03; (xiii) Comércio varejista de artigos de relojoaria – CNAE: 4783-1/02; (xiv) Comércio varejista de produtos recreativos, games, brinquedos – CNAE: 4763-6/01; (xv) Comércio atacadista de discos, fitas de vídeo e áudio, CDs e DVDs – CNAE: 4649-4/07; (xvi) Comércio varejista de discos, fitas de vídeo e áudio, CDs e DVDs – CNAE: 4762-8/00; (xvii) Comércio varejista de instrumentos musicais – CNAE: 4756-3/00; (xviii) Comércio varejista de materiais esportivos – CNAE: 4763-6/02; (xix) Comércio atacadista de materiais para escritório – CNAE: 4647-8/01; (xx) Comércio varejista de materiais para escritório – CNAE: 4761-0/03; (xxi) Comércio varejista de produtos óticos – CNAE: 4774-1/00; (xxii) Comércio atacadista de perfumes (extratos) águas-de-colônia e deocolônia, lavanda, seiva-de-alfazema, óleos essências, substâncias odoríferas e suas preparações, preparações para barbear, desodorantes corporais, sais perfumados de banhos, saches, depilatórios, produtos de beleza, cosméticos, artigos de maquiagem, bronzeadores, anti solares, xampus, sabonetes, laquês e outras preparações capilares – CNAE: 4646-0/01; (xxiii) Comércio varejista de perfumes (extratos) águas-de-colônia e deocolônia, lavanda, seiva-de-alfazema, óleos essências, substâncias odoríferas e suas preparações, preparações para barbear, desodorantes corporais, sais perfumados de banhos, saches, depilatórios, produtos de beleza, cosméticos, artigos de maquiagem, bronzeadores, anti solares, xampus, sabonetes, laquês e outras preparações capilares – CNAE: 4772-5/00; (xxiv) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE: 5611-2/03; (xxv) Prestação de serviços administrativos prestados a terceiros – CNAE: 8219-9/99; (xxvi) Prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios civis e comerciais em geral sem especialização definida – CNAE: 7490-1/04; (xxvii) Agência de viagens – CNAE: 7911-2/00; (xxviii) Serviços de revelações de filmes e entretenimento e laser – CNAE: 7420-0/03; (xxix) Comércio varejista de motocicletas e motonetas novas – CNAE: 4541-2/03; (xxx) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE: 4930-2/02; (xxxi) Provedores de acesso às redes de comunicações – CNAE: 6190-6/01; (xxxii) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis – CNAE: 6201-5/00; (xxxiii) Consultoria em tecnologia da informação – CNAE: 6204-0/00; (xxxiv) Tratamento de dados, processamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet – CNAE: 6311-9/00; (xxxv) Agências de publicidade, marketing direto – CNAE: 7319-0/03; (xxxvi) Atividades de teleatendimento – CNAE: 8220-2/00; e (xxxvii)

The image shows a handwritten signature in black ink, which appears to be '2' or a stylized name. To the right of the signature is a circular stamp or seal, also in black ink, which is partially obscured by the signature.

Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas de natureza municipal – CNAE 4930-2/01.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Série

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$274.579.000,00 (duzentos e setenta e quatro milhões e quinhentos e setenta e nove mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.5. Quantidade de Debêntures

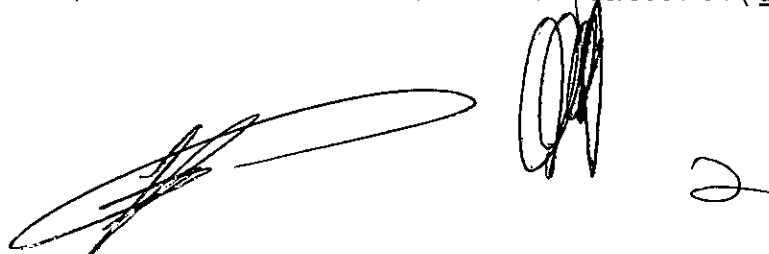
3.5.1. Serão emitidas 274.579 (duzentas e setenta e quatro mil e quinhentas e setenta e nove) Debêntures.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento de determinadas dívidas bancárias de curto prazo com instituições financeiras, conforme indicadas no Anexo I abaixo, totalizando R\$244.383.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e trezentos e oitenta e três mil reais), sendo o saldo restante destinado a reforço de capital de giro da Emissora.

3.7. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.7.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"). O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").



3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de maio de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão inicialmente da espécie quirografária e contarão com garantia adicional fidejussória, nos termos do item 4.18. abaixo. A espécie das Debêntures será posteriormente convolada em espécie com garantia real, tão logo sejam cumpridas as

The block contains three handwritten marks: a large, sweeping signature on the left, a circular stamp or signature in the center, and a small, stylized number '2' on the right.

Condições Suspensivas das Garantias (conforme definido abaixo), em conformidade com o disposto nos itens 4.4.2. e 4.4.3 abaixo.

4.4.2. A Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão e submetê-lo a registro perante a JUCEB ("Aditamento para Convolação"), para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que as Condições Suspensivas das Garantias forem satisfeitas, sendo uma via devidamente registrada entregue à CETIP, pela Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de sua celebração.

4.4.3. Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora ou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a aprovação do Aditamento para Convolação e consequente convolação da espécie da Debênture para garantia real.

4.5. Colocação

4.5.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e em conjunto com o Coordenador Líder e o HSBC, "Coordenadores").

4.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos do item 4.5.3. abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

4.5.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").



2

4.5.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.5.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.5.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada, conforme aplicável, na ANBIMA, observado o disposto no item 2.1.2. acima, e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.5.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.6. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, em uma única data, e serão integralizadas, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, conforme o caso.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de maio de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado mensalmente, em 60 (sessenta) parcelas sucessivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado da Data de Emissão



("Período de Carência"), sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 16 de junho de 2015 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela constante do Anexo II abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures" e "Amortização Programada", respectivamente).

4.8.2. As Debêntures não serão objeto de amortização extraordinária.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente por qualquer índice.

4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ("Spread") de 2,0592% (dois inteiros e quinhentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula a seguir ("Remuneração").

4.9.2.1. Os juros remuneratórios são calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.9.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;



2

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

nDI número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread 2,0592

DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.9.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas




quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da nova publicação do edital de convocação relativo a segunda convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.9.6.1. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. O prazo para a liquidação total das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) não ultrapassará, em nenhuma hipótese, a Data de Vencimento das Debêntures. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.7. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.



4.9.8. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata o item 4.9.6. acima, a convocação para a referida Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será cancelada, ficando estabelecido que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.9. Farão jus aos pagamentos da Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.101. Os Garantidores desde já concordam com o disposto nos itens 4.9.5. a 4.9.8. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança (conforme definida abaixo) válida e em pleno vigor.

4.10. Pagamento da Remuneração

4.10.1. O pagamento da Remuneração, calculada nos termos do item 4.9. acima, deverá ser realizada (i) durante o Período de Carência, qual seja, entre a Data de Emissão e 16 de junho de 2015 (inclusive), trimestralmente, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 16 de agosto de 2014 e o pagamentos seguintes no dia 16 dos meses de novembro, fevereiro e maio, até o término do Período de Carência, e (ii) após o Período de Carência, mensalmente, todo dia 16 de cada mês, sendo, portanto, o primeiro pagamento mensal, após o Período de Carência, devido em 16 de julho de 2015, e que coincidirá com as Datas de Amortização das Debêntures (para cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11. Resgate Antecipado

4.11.1. As Debêntures não poderão ser resgatadas pela Emissora de forma facultativa ou compulsória, observado, contudo, as disposições acerca da Oferta de Resgate Antecipado dispostas no item abaixo.

4.12. Oferta de Resgate Antecipado

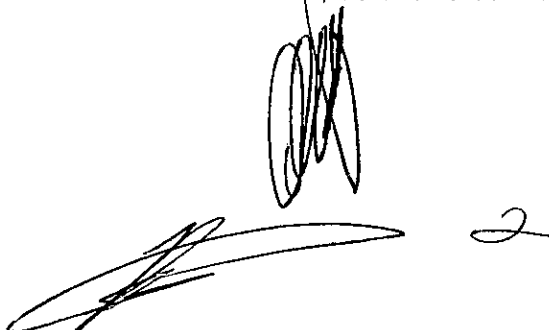


4.12.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.12.2. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.12.3. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada na forma descrita abaixo:

- (i) a Emissora deverá comunicar todos os Debenturistas sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio, a qual deverá ser realizada nos termos do item 4.21.1. abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), descrevendo os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (b) a forma de manifestação dos Debenturistas à Emissora que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado será total ou parcial; (d) o eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Prêmio de Resgate"); e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão que se manifestar formalmente à Emissora, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por Debenturistas representando um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida



até a efetiva data de resgate antecipado, calculada nos termos do item 4.9. acima, e de eventual Prêmio de Resgate; e

- (v) a Emissora deverá comunicar a CETIP e ao Escriturador Mandatário sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado, por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de efetivação do resgate.

4.12.4. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

4.12.5. Caso a Oferta de Resgate Antecipado seja realizada de forma parcial e haja a adesão de Debenturistas representando um volume superior de Debêntures àquele cujo resgate antecipado foi ofertado pela Emissora, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá coordenar o sorteio. Neste caso, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.12.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos previstos neste item 4.12. deverão ser canceladas pela Emissora.

4.13. Repactuação

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.14. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.14.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Garantidores, e caso sejam realizados após a integralização das Debêntures, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na



JUCEB nos termos do item 2.3.1. acima, e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.6. acima.

4.15. Vencimento Antecipado

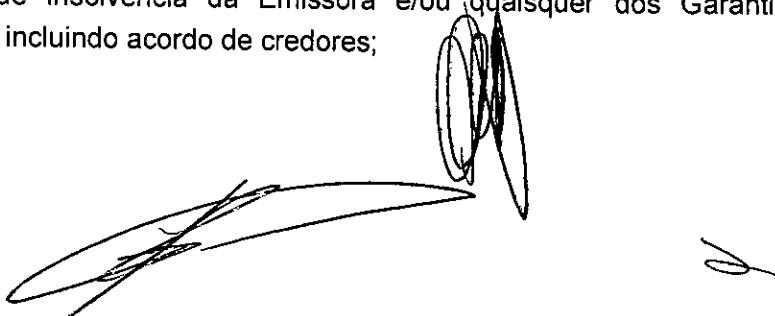
4.15.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.15.2. e 4.15.3. abaixo, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.15.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

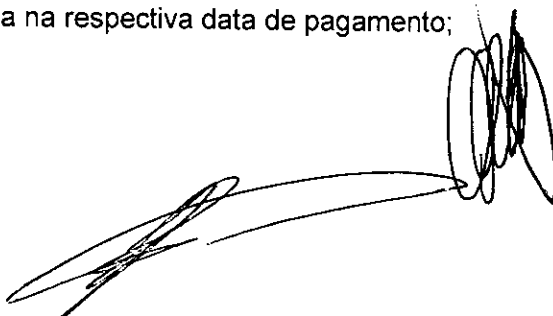
- (i) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas, bem como outras sociedades que venham a ser constituídas e que sejam controladas diretas da Emissora ("Controladas Relevantes") e/ou os Garantidores, conforme o caso, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, e/ou pelos Garantidores, conforme o caso, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (ii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (após transcorridos os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se houver) a que estejam sujeitas a Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou os Garantidores, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou pelos Garantidores, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam

decorrentes da presente Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para o referido pagamento, for validamente comprovado pela Emissora que (i) o não pagamento foi motivado por descumprimento de obrigação pela parte contrária; (ii) o inadimplemento foi justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;

- (iii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação para pagamento do protesto, (1) for validamente comprovado que o protesto foi cancelado ou sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso, (2) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário, (3) for pago, ou (4) o protesto for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (iv) (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou de qualquer dos Garantidores Pessoa Jurídica, não devidamente elidido através do depósito do valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do pedido de falência; (ii) decretação de falência da Emissora qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou de qualquer dos Garantidores Pessoa Jurídica; (iii) pedido de autofalência pela Emissora, por qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoa Jurídica; (iv) propositura, pela Emissora, por qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoa Jurídica, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso, pela Emissora, por qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou por qualquer dos Garantidores Pessoa Jurídica, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (v) encerramento, por qualquer motivo, das atividades da Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores Pessoa Jurídica ou ocorrência de evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores Pessoa Jurídica, incluindo acordo de credores;



- (vi) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes, e/ou de quaisquer dos Garantidores Pessoa Jurídica;
- (vii) descumprimento, pela Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes, e/ou pelos Garantidores, conforme o caso, de decisão administrativa cujos efeitos não sejam suspensos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua ciência, de sentença judicial transitada em julgado, de decisão arbitral definitiva de natureza condenatória, em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);
- (viii) alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (ix) cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora e/ou os Garantidores Pessoa Jurídica, sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, exceto caso a cisão, fusão, incorporação e/ou reorganização societária mencionada acima envolva exclusivamente a Emissora, os Garantidores Pessoa Jurídica e/ou as Controladas Relevantes, e que nos casos de fusão ou incorporação a Emissora seja a sociedade sobrevivente;
- (x) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária na respectiva data de pagamento;



- (xi) destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita para finalidade diversa da estabelecida no item 3.6. acima;
- (xii) questionamento pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores da validade e exequibilidade das Garantias;
- (xiii) decisão final judicial transitada em julgado declarando invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade de qualquer das Garantias, sem que seja apresentada pela Emissora, em até 3 (três) Dias Úteis, contados de referida decisão final judicial, proposta de substituição dessas Garantias por outra(s) de mesma(s) característica(s), espécie e valor à época do trânsito em julgado da decisão final aqui mencionada, ou apresentação de carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha e em valor equivalente ao das referidas Garantias, respeitando o Índice Mínimo de Garantia,, ficando, em ambos os casos, a substituição das Garantias sujeita a aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido);
- (xiv) declaração judicial de nulidade desta Escritura de Emissão;
- (xv) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) redução do capital social da Emissora ou resgate de ações da Emissora;
- (xvii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Garantidores, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), especialmente convocada para este fim, em primeira ou em segunda convocação;
- (xviii) transferência de participação societária em percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da Emissora, exceto caso referida aquisição seja realizada por fundo de investimento, em razão de negociações comprovadamente já iniciadas na data de assinatura desta Escritura de Emissão, desde que tal transferência não resulte na troca ou no compartilhamento do controle da Emissora, por meio de acordo de voto;



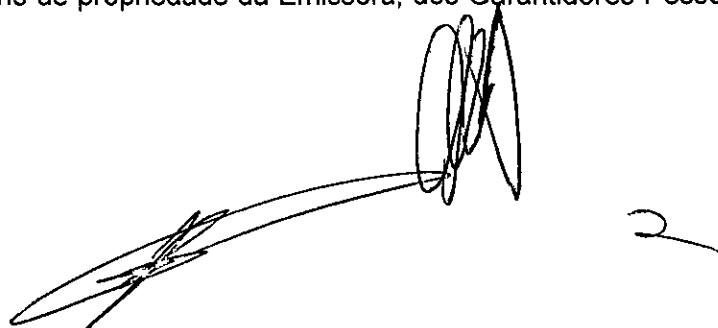
- (xix) não integralização pela Emissora de quaisquer Quotas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), no prazo estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), de forma a recompor o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), ainda que o Índice Mínimo de Garantia não seja atendido após referida integralização de Quotas; e
- (xx) caso o Percentual Mínimo Créditos Cartão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) deixe de ser atendido, independentemente do Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ter sido atendido.

4.15.2.1. O valor a que se refere o inciso (i), (ii), (iii) e (vii) do item 4.15.2. acima será atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.15.2.2. Ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado Automático não sanado no prazo de cura, quando aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, nesse sentido, obrigando-se a Emissora a realizar, no prazo indicado no item 4.15.3.5. abaixo, o pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.15.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.3. não sanados no prazo de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), nos termos do item 4.15.3.2. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a qual ficará condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores, observado o disposto nos itens abaixo (“Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático”):

- (i) ocorrência de alteração substancial relevante adversa nas condições econômicas, financeiras, socioambientais ou operacionais da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica que afete a capacidade da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, conforme o caso, de cumprir com suas obrigações financeiras;
- (ii) desapropriação, nacionalização, confisco, arresto, sequestro, penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique a perda de bens de propriedade da Emissora, dos Garantidores Pessoa Jurídica e/ou



de quaisquer das Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, em qualquer destes casos, representem 5% (cinco por cento) do ativo permanente somado com o ativo não circulante da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, conforme aplicável, exceto se a Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou os Garantidores Pessoa Jurídica, conforme aplicável, comprove em até 15 (quinze) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial suspendendo a eficácia da respectiva medida;

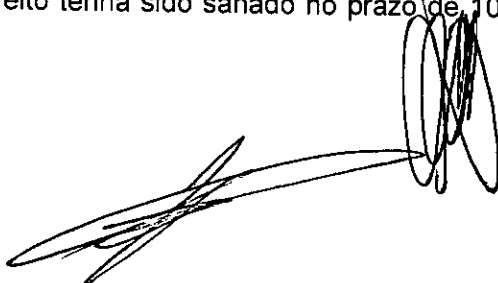
- (iii) constituição e/ou prestação pela Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou pelos Garantidores, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou dos Garantidores, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (a) as onerações decorrentes de leis ou garantias prestadas em processos judiciais; (b) a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) que será prestada no âmbito desta Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo); (c) garantias fidejussórias em benefício de suas controladas diretas ou indiretas; (d) a cessão fiduciária de aplicações financeiras ou dos recebíveis objeto da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) observado o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); ou (e) outros ativos que não estejam contemplados nos item (a) a (d) acima, em valor individual ou agregado não superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (iv) alienação total ou parcial de bens do ativo permanente da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, conforme o caso, sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações (a) de bens que correspondam, em valor individual ou agregado, a montante inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), conforme as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes, e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, conforme o caso, limite este que deverá ser



2

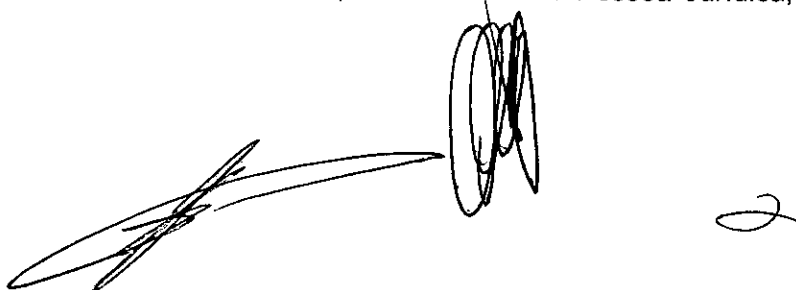
observado durante toda a vigência das Debêntures; (b) de bens que tenham sido substituídos por novos de idêntica finalidade e preço equivalente ou maior; ou (c) do imóvel objeto da matrícula nº 4.205 do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás, designado "Fazenda Poções", localizado na Rodovia BR 060, Km 172,6, cuja descrição, caracterização e confrontações se encontram consignados na matrícula acima referida, desde que a alienação ou oneração de referido imóvel seja em favor de outra sociedade do grupo econômico da Emissora;

- (v) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante sem que tal falsidade, incorreção ou engano seja sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou aos Garantidores;
- (vi) descumprimento, pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (vii) concessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Garantidores Pessoa Jurídica de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, que correspondam, em valor individual ou agregado, a montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), exceto no caso (a) de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, concedida pela Emissora e/ou pelos Garantidores Pessoa Jurídica entre si ou a outras sociedades operacionais do grupo econômico da Emissora; (b) de adiantamento ou créditos a serem concedidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores a seus clientes, na forma de crediários, ou fornecedores, no curso ordinário de seus negócios ou (c) das dívidas societárias com partes relacionadas já devidamente refletidas nas demonstrações financeiras da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica;
- (viii) comprovação de que qualquer disposição relevante desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) foi revogada, rescindida, se tornou nula ou, por qualquer razão, deixou de estar válida e em vigor, sem que tal efeito tenha sido sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do



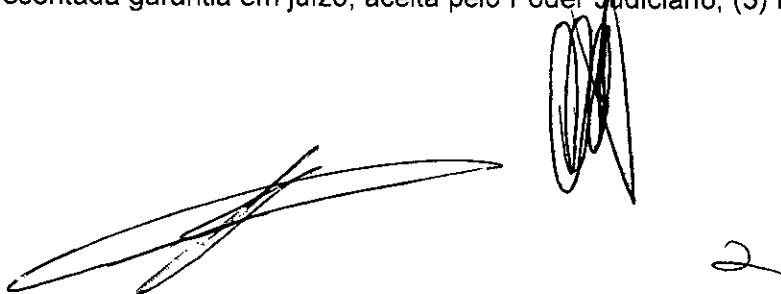
recebimento pela Emissora e/ou pelos Garantidores, conforme o caso, da notificação de inadimplemento;

- (ix) (a) se a validade e/ou exequibilidade de quaisquer das Garantias forem objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro; (b) na ocorrência da hipótese descrita no item (a) e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se tal questionamento posteriormente resultar na concessão de medida liminar que afete negativamente os direitos dos Debenturistas e que não seja cassada em até 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento de notificação da medida liminar; ou (c) na ocorrência das hipóteses descritas nos itens (a) e/ou (b) e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se posteriormente for proferida sentença judicial que afete negativamente os direitos dos Debenturistas, ainda que referida sentença judicial não seja final;
- (x) não celebração e protocolo para registro na JUCEB do Aditamento para Convolação no prazo previsto no item 4.4.2. acima;
- (xi) caso a Emissora integralize Quotas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) em montante insuficiente para recompor o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), desde que atendido o Percentual Mínimo Créditos Cartão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária);
- (xii) resgate ou amortização de ações, realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores Pessoa Jurídica, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra distribuição de lucros prevista estatutariamente, caso a Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores Pessoa Jurídica estejam em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xiii) inobservância material dos Princípios do Equador ou da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, o incentivo, pela Emissora e/ou por quaisquer de suas Controladas Relevantes, pelos Garantidores Pessoa Jurídica, à prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, conforme (a) verificado pelo proferimento de decisão administrativa ou judicial contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, os Garantidores Pessoa Jurídica, apontando tal

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned on the left. To its right is a circular stamp, also in black ink, which appears to be a seal or official mark. Further to the right is a smaller, simpler handwritten mark or signature.

inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora e/ou de quaisquer de suas Controladas Relevantes, dos Garantidores Pessoa Jurídica, em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que, em qualquer dos casos, não solucionada no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo proferimento ou inclusão;

- (xiv) inclusão da Emissora, quaisquer de suas Controladas Relevantes, dos Garantidores Pessoa Jurídica, quaisquer sócios ou administradores da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego ("MTE") e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pela Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011, relativas à manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravo;
- (xv) insolvência civil ou, em caso de falecimento do Garantidor Pessoa Física, sem que seus herdeiros necessários assumam as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
- (xvi) mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xvii) rescisão ou declaração judicial de invalidade, ineficácia, inexecutabilidade ou nulidade, total ou parcial, de obrigações e direitos relevantes à Emissora e/ou aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão ;
- (xviii) não realização, em até 90 (noventa) dias contados da data da assinatura da presente Escritura de Emissão, do registro dos termos de liberação relativos às Cessões Fiduciárias Originais (conforme abaixo definido) ("Termos de Liberação das Cessões Fiduciárias Originais") nos cartórios competentes, nos termos do item 4.18.3.2. abaixo;
- (xix) protesto de títulos contra qualquer das Controladas Relevantes e/ou os Garantidores, conforme o caso, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação para pagamento do protesto, (1) for validamente comprovado que o protesto foi cancelado ou sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso, (2) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário, (3) for pago, ou (4)



o protesto for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (xx) não observância pela MVB, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base em demonstrativo elaborado pela Emissora ao final de cada ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo, devendo tal demonstrativo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas da MVB, relativas ao respectivo exercício ("Índices Financeiros"):

Índice Financeiro	Até 31.12.2013, inclusive	De 01.01.2014 até 31.12.2014, inclusive	De 01.01.2015 até a Data de Vencimento
Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado	2,00x	2,00x	2,00x
inferior ou igual a:			

Dívida Líquida Consolidada: o somatório (i) da dívida bruta total (empréstimos e financiamentos efetivamente devidos de curto e longo prazos, incluindo debêntures); (ii) dos valores relativos às dívidas contraídas com partes relacionadas que não componham o portfólio de empresas investidas da Emissora; e (iii) do parcelamento de tributos de longo prazo; excluída (a) os valores relativos à disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de qualquer natureza; e (b) os valores relativos à contas a receber oriundas de vendas realizadas com cartões de crédito.

EBITDA Consolidado: o lucro bruto deduzido das despesas operacionais recorrentes, excluindo-se do cálculo as depreciações e amortizações, acrescido de todas as receitas operacionais recorrentes, incluindo receitas oriundas de contratos de exploração de serviços financeiros e securitários estabelecidos com instituições financeiras e seguradoras. Também serão reconhecidas todas as receitas e despesas operacionais recorrentes, inclusive financeiras, das operações de crediário próprio, ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas, segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.





4.15.3.1. Os Índices Financeiros indicados no inciso (xxi) do item 4.15.3. acima deverão ser calculados anualmente, a partir da Data de Emissão, utilizando as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da MVB sendo certo que a apuração relativa ao exercício findo em 31.12.2013, será feita (i) com base na demonstração financeira consolidada *pro forma* referente aos últimos 12 (doze) meses e não auditada da MVB; e (ii) o demonstrativo respectivo será entregue ao Agente Fiduciário até 31 de maio de 2014.

4.15.3.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.3.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) mencionada no item 4.15.3.2. acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), em primeira convocação ou em segunda convocação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

4.15.3.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) mencionada no item 4.15.3.2. acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.15.3.3. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora e aos Garantidores neste sentido.

4.15.3.5. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.15.2. e 4.15.3.4. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, ou (ii) no caso de um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático (a) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (b) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).



2

4.15.3.6. Os valores a que se referem os incisos (iii), (iv), (vii) e (xx) do item 4.15.3. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.15.4. O valor mencionado nos subitens (i), (ii) e (vii) do item 4.15.2. acima e nos subitens (iii), (iv) e (vii) do item 4.15.3. acima, deverá ser entendido como um valor limite para cada sociedade mencionada, não se aplicando cumulativamente entre tais sociedades.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Debenturistas ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.

4.18. Garantias

4.18.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, perante os Debenturistas, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo a sua amortização, Remuneração, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco

Liquidante e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas a Fiança (conforme abaixo definida) e a Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) (referidas em conjunto como "Garantias").

4.18.2. Fiança dos Garantidores. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as Obrigações Garantidas, os Garantidores prestam, neste ato, e em relação ao Garantidor Pessoa Física, com a expressa anuência do Cônjuge Anuente, que assina a presente Escritura de Emissão, exclusivamente para tal finalidade, fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora e entre si, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nas condições previstas a seguir.

4.18.2.1. Os Garantidores, com a expressa anuência do Cônjuge Anuente, em relação ao Garantidor Pessoa Física, em caráter irrevogável e irretratável, assumem a obrigação de fiadores, solidariamente responsáveis e principais pagadores, do valor total das Obrigações Garantidas, até o pagamento integral e final das Obrigações Garantidas.

4.18.2.2. A Fiança deverá ser paga pelos Garantidores no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando o inadimplemento de quaisquer das Obrigações Garantidas ("Comunicação de Inadimplemento"), exceto em caso de recuperação judicial, decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, quando a respectiva Obrigação Garantida inadimplida deverá ser paga em até 1 (um) Dia Útil contado da data de encaminhamento da Comunicação de Inadimplemento. A Comunicação de Inadimplemento deverá ser imediatamente encaminhada pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de qualquer Obrigação Garantida nas respectivas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

4.18.2.3. O pagamento das Obrigações Garantidas pelos Garantidores, nos prazos estabelecidos no item 4.18.2.2. acima, deverá ser realizado pelos Garantidores fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.



2

4.18.2.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, do Código Civil, e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Garantidores em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.18.2.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, sendo certo que os Garantidores somente poderão realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.18.2.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.18.2.7. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

4.18.3. Cessão Fiduciária. Conforme estabelecido no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora cedeu e transferiu, de forma irrevogável e irretroatável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728/1965"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931/2004"), e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/1997") e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como das demais disposições legais aplicáveis ("Cessão Fiduciária"), os seguintes bens e direitos: (i) totalidade dos direitos creditórios de determinadas bandeiras que (a) não estejam oneradas na data de celebração do respectivo contrato de cessão fiduciária, e/ou (b) estejam onerados na data de celebração do respectivo contrato de cessão fiduciária, mas sejam desonerados em razão dos recursos recebidos pela Emissora com a integralização das Debêntures, oriundos da





2

venda de bens e/ou prestação de serviços pela Emissora em seus estabelecimentos, cujo pagamento seja realizado por meio de transações com cartões de débito e crédito de bandeiras a definir, incluindo, mas não se limitando, a multa, juros e demais encargos relacionados, sendo que referidos direitos creditórios abrangem as transações que venham a ser realizadas, bem como aquelas já realizadas de forma parcelada e ainda hajam parcelas em aberto ("Recebíveis Cartão"); (ii) direitos creditórios, de titularidade da Emissora decorrentes de contratos de credenciamento e/ou afiliação celebrados entre a Emissora e quaisquer credenciadoras ou operadoras de cartões de crédito, exclusivamente com relação às bandeiras que serão definidas nos termos do item (i) anterior, que capturem, processem e liquidem as transações mencionadas no item (i) anterior, incluindo, mas não se limitando, a multa, juros e demais encargos relacionados; (iii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos no item (i) e (ii) anteriores; (iv) todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra os Bancos Depositários com relação aos recursos creditados nas contas bancárias (domicílio bancário) ("Contas Domicílio Bancário"), e os montantes nelas depositados ou a serem depositados, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e (v) todos os valores aplicados e resultantes da aplicação realizada pela Emissora em dois fundos de investimento exclusivos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Fundos"), incluindo (a) todas as quotas de emissão dos Fundos de titularidade da Emissora, incluindo a totalidade das quotas de emissão dos Fundos que venham a ser adquiridas pela Emissora; (b) todos os rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Emissora, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das quotas de emissão dos Fundos de titularidade da Emissora; e (c) as quotas derivadas das quotas de emissão dos Fundos de titularidade da Emissora por meio cisão, fusão ou incorporação dos Fundos, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das referidas quotas e quaisquer bens ou títulos nos quais tais quotas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários).

4.18.3.1. Nos termos do artigo 125 do Código Civil e de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, a Cessão Fiduciária está sujeita: (i) à quitação integral das dívidas da Emissora indicadas no Anexo I abaixo; e (ii) à liberação das cessões fiduciárias constituídas sobre os Recebíveis Cartão, em garantia das dívidas mencionadas no item (i) anterior ("Cessões Fiduciárias Originais", sendo os itens (i) e (ii) referidos em conjunto como "Condições Suspensivas da Cessão Fiduciária").

4.18.3.2. As Condições Suspensivas da Cessão Fiduciária deverão ser atendidas da seguinte forma (i) apresentação ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias contados da data da subscrição e integralização das Debêntures, dos protocolos de pedido de registro dos Termos



2

de Liberação das Cessões Fiduciárias Originais nos cartórios competentes, (ii) apresentação ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do protocolo de pedido de registro referido no item (i) acima, dos Termos de Liberação das Cessões Fiduciárias Originais registrados nos cartórios competentes; (iii) apresentação ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da apresentação dos Termos de Liberação das Cessões Fiduciárias devidamente registrados, nos termos do item (ii) anterior, do Contrato de Cessão Fiduciária registrado nos termos previstos no Contrato de Cessão.

4.18.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução das Garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.19. Forma e Local de Pagamento

4.19.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.20. Prorrogação dos Prazos

4.20.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” ou “Dias Úteis” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.21. Publicidade

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal “Folha de São Paulo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet*. A publicação do referido aviso aos



2

Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.22. Aquisição Facultativa

4.22.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) (i) com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, até 31 de maio de 2014, (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) demonstrativo consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente calculado pela MVB, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à MVB, à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão, especialmente, mas não se limitando, ao atendimento dos Índices Financeiros; e (ii) dentro de, no máximo 90 (noventa) dias contados do término

de cada exercício social subsequente (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes (2) demonstrativo consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente calculado pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à MVB, à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão, especialmente, mas não se limitando, ao atendimento dos Índices Financeiros;

- (b) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si ou aos Garantidores ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
- (c) avisos aos titulares de Debêntures, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (d) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do respectivo descumprimento;
- (e) na mesma data de sua publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.21. acima;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora ou pelos Garantidores que possam resultar em Efeito Material Adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme caso; e



2

- (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (ii) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (iii) atender, em no máximo 10 (dez) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na Instrução CVM 28 (conforme abaixo definido), as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
- (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, em base razoável: (a) ao relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras consolidadas; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (v) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (vi) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, toda a documentação relativa à Emissão;






- (ix) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15. e seguintes desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil que tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (xi) notificar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que afete ou possa afetar adversamente, de forma relevante, a Emissora e seus ativos, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xiv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, decisão final administrativa ou decisão final de procedimento arbitral, que afete a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;



- (xv) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições, incluindo, mas não se limitando àqueles decorrentes da Oferta Restrita, exceto na hipótese de serem contestados de boa fé e desde que, neste caso, sejam provisionados de acordo com os princípios contábeis aplicáveis ou, no caso de descumprimento dessas obrigações, providenciar a regularização e o cumprimento no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis;
- (xvi) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão Fiduciária, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (xvii) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xix) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou aos Garantidores, que (i) afetem a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) sejam de valor individual superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xx) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação MDA e CETIP21;
- (xxi) manter contratadas, durante o prazo de vigência das Debêntures, apólices de seguro, conforme as boas práticas adotadas por empresas de seu setor de atuação;
- (xxii) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (xxiii) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (xxiv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xxv) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (xxvi) não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Bens e Direitos Cedidos, com exceção da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xxvii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias;
- (xxviii) praticar todos e quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Garantias, incluindo, mas não se limitando aos Bens e Direitos Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Garantias;
- (xxix) não praticar e instruir seus administradores e empregados a não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
- (xxx) garantir que, exceto no tocante às dívidas societárias já existentes com partes relacionadas já devidamente refletidas nas demonstrações financeiras da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica, todos os mútuos ou operações de crédito que venham a ser firmados entre a Emissora e seus acionistas e respectivos controladores:



(a) possuam cláusula expressa de subordinação às Debêntures, (b) tenham prazo de vencimento posterior à data de pagamento integral das Debêntures, (c) não prevejam hipótese de vencimento antecipado, amortização ou resgate antecipado, devendo o vencimento, amortização ou resgate, conforme o caso, ocorrer após o pagamento integral das Debêntures, (d) estabeleçam a capitalização de juros até o pagamento integral das Debêntures, devendo o pagamento de juros ocorrer somente após o pagamento integral das Debêntures, e (e) não contenham garantias de qualquer natureza;

- (xxxi) cumprir com o disposto na legislação ambiental e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e a seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividade econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;
- (xxxii) cumprir com o disposto na legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual, exceto na medida em que eventual descumprimento esteja sendo contestado de boa fé ou negociado com os órgãos competentes, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados, bem como a proceder a todas as diligências exigidas e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas que tratam do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual;
- (xxxiii) não contratar fornecedores e prestadores de serviços que sob sua orientação ou em seu favor realizem quaisquer atividades para a Emissora e que, no seu conhecimento, estejam em descumprimento com a legislação socioambiental brasileira aplicável, assim como a legislação relativa à saúde e segurança do trabalho definidas nas normas regulamentares do MTE;
- (xxxiv) informar prontamente ao Agente Fiduciário, por escrito, (a) em até 15 (quinze) dias corridos, o recebimento de qualquer comunicação ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental; e (b) em até 10 (dez) dias corridos, o recebimento de qualquer

- notificação que acarrete o dever de indenização em razão de qualquer dano ambiental;
- (xxxv) adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação (a) às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso, e (b) à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, e implementar seus melhores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;
 - (xxxvi) indenizar, de forma irrevogável e irretroatável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão com base na data em que foram prestadas;
 - (xxxvii) notificar prontamente o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), em até 1 (um) Dia Útil contado da data da respectiva convocação;
 - (xxxviii) convocar prontamente, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que a Emissora entenda que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;
 - (xxxix) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
 - (xl) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo, mas sem qualquer limitação:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;





2

- (b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; e
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (xli) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xlii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e
- (xliii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

5.2. Os Garantidores Pessoa Jurídica estão adicionalmente obrigados a:

- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação,



2

judicial ou extrajudicial recebida relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;

- (ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, informar o Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer evento que, direta ou indiretamente, comprometa o pontual e integral cumprimento de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (iii) atender, em no máximo 5 (cinco) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na Instrução CVM 28 (conforme abaixo definido), as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que estão sujeitos;
- (iv) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, em base razoável: (a) ao relatório do auditor independente entregue ao respectivo Garantidor Pessoa Jurídica referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos seus livros e aos demais registros contábeis;
- (vi) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao seu regular funcionamento;
- (vii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (viii) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15. e seguintes desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil que tomar conhecimento de sua ocorrência;

- (x) notificar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xi) notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que afete ou possa afetar adversamente, de forma relevante, o respectivo Garantidor Pessoa Jurídica e seus ativos, ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais figure como parte;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que suas demonstrações financeiras não mais reflitam sua real condição financeira;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, decisão final administrativa ou decisão final de procedimento arbitral, que afete o respectivo Garantidor Pessoa Jurídica ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (xv) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



- (xvi) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação aos Garantidores Pessoa Jurídica, que (i) afetem o Garantidor Pessoa Jurídica ou a capacidade do Garantidor Pessoa Jurídica de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) sejam de valor individual superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (xix) não praticar e instruir seus administradores e empregados a não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
- (xx) sempre que solicitado, prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras;
- (xxi) cumprir com o disposto na legislação ambiental e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e a seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividade econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;



- (xxii) cumprir com o disposto na legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual, exceto na medida em que eventual descumprimento esteja sendo contestado de boa fé ou negociado com os órgãos competentes, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados, bem como a proceder a todas as diligências exigidas e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas que tratam do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual;
- (xxiii) não contratar fornecedores e prestadores de serviços que sob sua orientação ou em seu favor realizem quaisquer atividades que, no seu conhecimento, estejam em descumprimento com a legislação socioambiental brasileira aplicável, assim como a legislação relativa à saúde e segurança do trabalho definidas nas normas regulamentares do MTE;
- (xxiv) informar prontamente ao Agente Fiduciário, por escrito, (a) em até 15 (quinze) dias corridos, o recebimento de qualquer comunicação ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental; e (b) em até 10 (dez) dias corridos, o recebimento de qualquer notificação que acarrete o dever de indenização em razão de qualquer dano ambiental;
- (xxv) adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação (a) às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso, e (b) à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, e implementar seus maiores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;
- (xxvi) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; e
- (xxvii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução

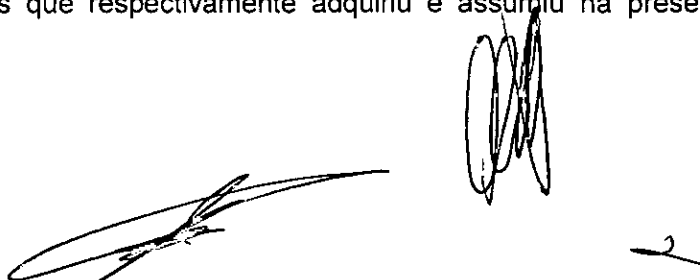
de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

5.3. O Garantidor Pessoa Física está adicionalmente obrigado a:

- (i) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial recebida relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
- (ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, informar o Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer evento que, direta ou indiretamente, comprometa o pontual e integral cumprimento de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (iii) atender, em no máximo 5 (cinco) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na Instrução CVM 28 (conforme abaixo definido), as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais a que está sujeito;
- (iv) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (v) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15. e seguintes desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil que tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (vii) notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que afete ou possa afetar adversamente, de forma relevante, o respectivo Garantidor Pessoa Física e seus ativos, ou sua capacidade

de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais figure como parte;

- (viii) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras ou econômicas, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, decisão final administrativa ou decisão final de procedimento arbitral, que afete o respectivo Garantidor Pessoa Física ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2(dois) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;
- (x) não praticar qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (xi) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xii) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação ao Garantidor Pessoa Física, de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xiv) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de



Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;

- (xv) não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
- (xvi) sempre que solicitado, prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras;
- (xvii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; e
- (xviii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;



- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii) não tem qualquer ligação com a Emissora ou com os Garantidores que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, bem como a regularidade das Garantias, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas;
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastante para tanto;
- (xii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e



- (xiii) conforme exigência da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma do grupo econômico da Emissora por ela encaminhado, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões realizadas por sociedades integrantes do mesmo grupo da Emissora.

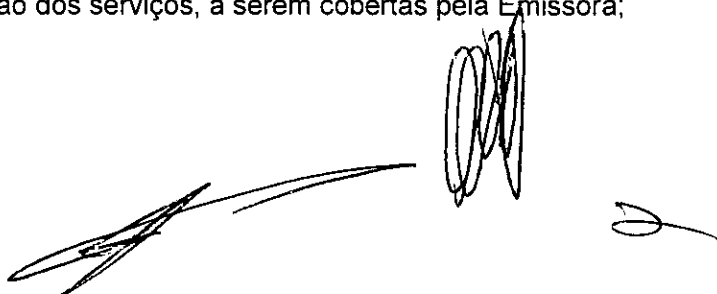
6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes. ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. As parcelas previstas na cláusula 6.4. acima serão atualizadas anualmente pela variação percentual acumulada do IPCA ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;

6.4.2. Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração, quais sejam ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.;

6.4.3. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços, a serem cobertas pela Emissora;



6.4.4. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

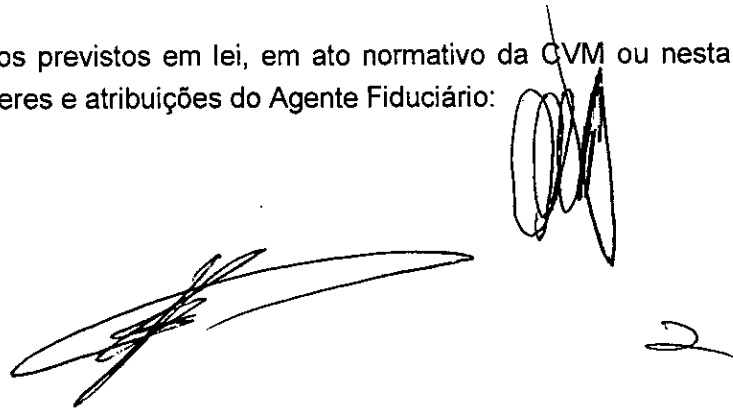
6.4.6. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente;

6.4.7. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures;

6.4.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.9. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there is a circular stamp or seal. On the right, there are the initials 'DM' written in a bold, cursive style. Below these, there is a small, simple mark that looks like a stylized '2' or a checkmark.

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEB e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Agente Fiduciário e dos Garantidores; sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (x) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça



Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (xi) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta última, conforme item 4.21. acima;
- (xiii) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo listadas. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;



- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações no Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (g) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (i) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (xvi) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e



- (e) na sede dos Coordenadores.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.21. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a Instituição Escrituradora e Mandatária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, bem como a manutenção do Índice Financeiro, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas ao Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xx) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xxi) acompanhar as obrigações da Emissora no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xxii) examinar a proposta de substituição das Garantias, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xxiii) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xxiv) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que

forneceará aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;

- (xxv) acompanhar com o Banco Mandatário na Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (xxvi) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, a ser calculado pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu website.

6.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

6.7. Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito

cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela MVB para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

6.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) executar as Garantias descritas no item 4.18. acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoa Jurídica.

6.10.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14.3. e seguintes desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (v) do item 6.11. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) assim autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas, bastando, porém a deliberação da maioria dos Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (v) do item 6.11 acima.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da



2

Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.12. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

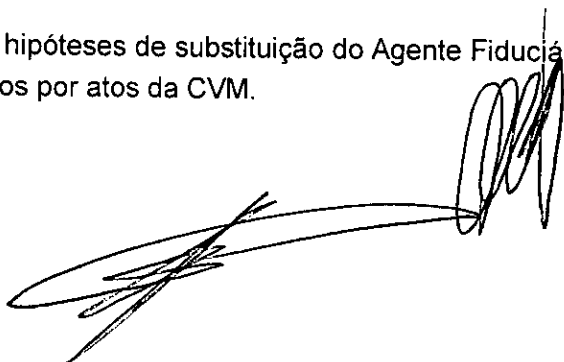
6.12.1. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

6.12.2. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.12.3. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13. acima.

6.12.4. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.12.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive dos Garantidores) ou de qualquer de suas controladas, coligadas ou sociedade de controle comum da Emissora, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7.1. Não terão direito a voto as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de quaisquer controladas ou coligadas ou de seus controladores, bem como de seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.



2

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas, ou seu representante no caso do Debenturista ser pessoa jurídica, ou àquele que for designado pela CVM.

7.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a (a) não declaração de vencimento antecipado das Debêntures; e (b) alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

7.12. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente:

- (i) a Remuneração e forma de seu pagamento;
- (ii) o prazo de vencimento das Debêntures;
- (iii) as condições de pagamento do valor de principal das Debêntures;
- (iv) qualquer dos termos e condições aplicáveis às Garantias, observado, com relação a Cessão Fiduciária, as disposições constantes do respectivo instrumento constitutivo dessas garantias, se for o caso;
- (v) alteração e/ou renúncia a qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- (vi) a deliberação sobre os Eventos de Vencimento Antecipado Automático;
- (vii) modificação dos quóruns de deliberação e alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidos nesta Cláusula Sétima;



- (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta;
- (ix) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; e
- (x) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

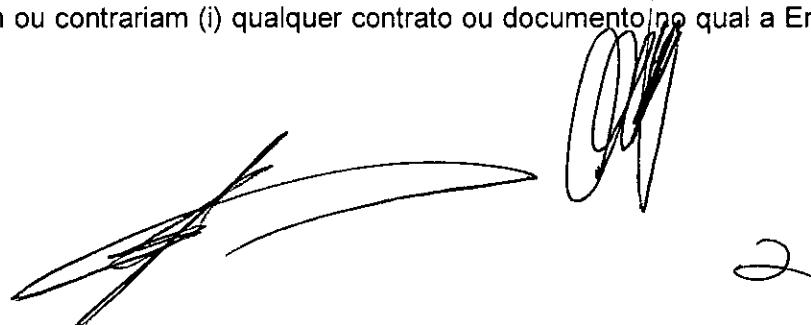
7.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.14. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora

The block contains two handwritten signatures. The first signature is on the left, written in dark ink, and the second is on the right, also in dark ink. Below the second signature is a handwritten number '2'.

seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes ou subsidiárias ou quaisquer de seus bens e propriedades;

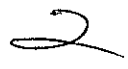
- (v) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, ressalvados os casos que não acarretem Efeito Material Adverso. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (vi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (vii) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (ix) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras consolidadas ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de



2

investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;

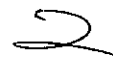
- (x) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xi) todas as declarações, informações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes para os investidores em todos os seus aspectos;
- (xii) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) a inscrição da Escritura de Emissão, da ata da AGE na JUCEB; (ii) a publicação dos atos societários mencionados no item (i) acima, conforme aplicável; (iii) o registro das Debêntures para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP; e (iv) o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (xiv) a Emissora possuía e continua a possuir, nesta data, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da Cessão Fiduciária;
- (xv) os Bens e Diretos Cedidos existem e, exceto pela Cessão Fiduciária descrita nesta Escritura de Emissão, estarão livres e desembaraçadas de qualquer ônus na data da convolação em garantia real;



- (xvi) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, exceto na medida em que estejam sendo contestadas de boa fé ou negociadas com os órgãos competentes; e
- (xvii) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças e registros necessários para a condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

8.2. Cada um dos Garantidores Pessoa Jurídica neste ato declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a prestar a Fiança, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) não é necessária autorização regulatória para a celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



- (vii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso;
- (viii) as informações e declarações prestadas nesta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores;
- (ix) não possui qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (x) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

8.3. O Garantidor Pessoa Física neste ato declara e garante que:

- (i) possui plena capacidade e legitimidade para celebrar o presente Contrato, realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações aqui assumidas;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (v) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iv) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão à seu respeito e em relação à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;



2

- (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (vi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

8.4. A Emissora, os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 1 (um) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

LOJAS INSINUANTE S.A.

Rua Monsenhor Olímpio, n.º 47,

Vitória da Conquista – BA

CEP: 45.000-360

At.: Marcelo Casarin / Fabíola Ribeiro / Pedro Magalhães

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: marcelo.casarin@maquinadevendas.com.br

fabiola.ribeiro@maquinadevendas.com.br

pedro.magalhaes@maquinadevendas.com.br

Para os Garantidores:

UNIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Monsenhor Olímpio, n.º 47,

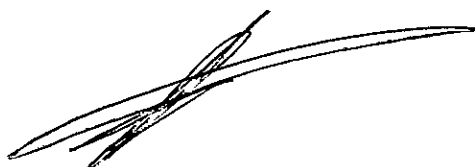
Vitória da Conquista – BA

CEP: 45.000-360

At.: Luiz Carlos dos Santos Batista / Luiz Carlos dos Santos Batista Junior

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: lpbatista@maquinadevendas.com.br



lcjunior@maquinadevendas.com.br

RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

Praça Barão de Rio Branco, n.º 43-A – parte, Centro,
Vitória da Conquista, Bahia
CEP 45000-903

At.: Marcelo Casarin / Fabíola Ribeiro / Pedro Magalhães

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: marcelo.casarin@maquinadevendas.com.br

fabiola.ribeiro@maquinadevendas.com.br

pedro.magalhaes@maquinadevendas.com.br

MÁQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II Itaim Bibi,
São Paulo – SP
CEP: 04575-020

At.: Marcelo Casarin / Fabíola Ribeiro / Pedro Magalhães

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: marcelo.casarin@maquinadevendas.com.br

fabiola.ribeiro@maquinadevendas.com.br

pedro.magalhaes@maquinadevendas.com.br

RICARDO RODRIGUES NUNES

Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II Itaim Bibi,
São Paulo – SP
CEP: 04575-020

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: ricardo.nunes@maquinadevendas.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

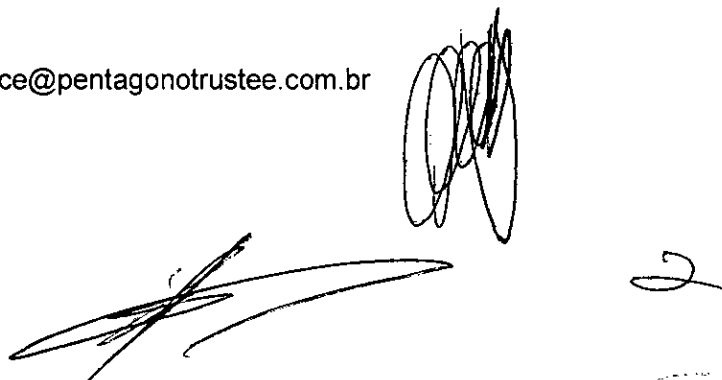
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22.640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br



Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Danilo Nanni Korla

Telefone: (11) 5029-1602

Correio Eletrônico: danilo.korla@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal
São Paulo – SP

At.: Danilo Nanni Korla

Telefone: (11) 5029-1602

Correio Eletrônico: danilo.korla@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

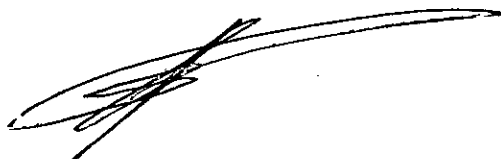

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de "aviso de entrega e leitura". Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou dos Garantidores, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com o artigo 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

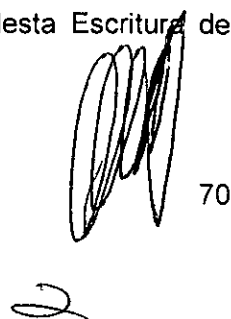
10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados, de acordo com a regra, prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, registro da Fiança e da Cessão Fiduciária, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e Agente Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

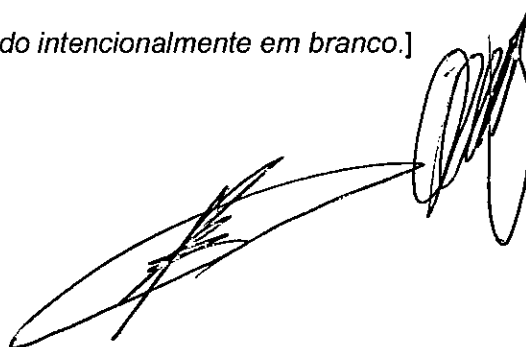


70

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores, na qualidade de interveniente anuente, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de maio de 2014.

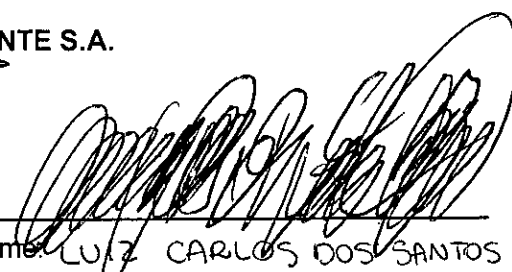
[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the left.

Página de assinaturas 1/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

LOJAS INSINUANTE S.A.




Nome: RICARDO RODRIGUES NUNES
Cargo: DIRETOR



Nome: LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA
Cargo: DIRETOR

Página de assinaturas 2/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**

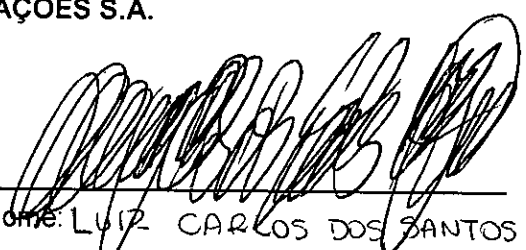



Página de assinaturas 3/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

UNIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:



Nome: LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA
Cargo: DIRETOR



2

Página de assinaturas 4/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.




Nome: RICARDO RODRIGUES NUNES
Cargo: DIRETOR

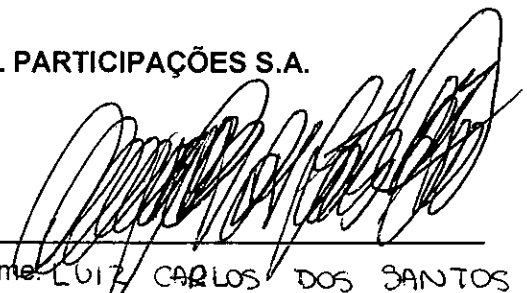


Nome: LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA
Cargo: DIRETOR

Página de assinaturas 5/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

MÁQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

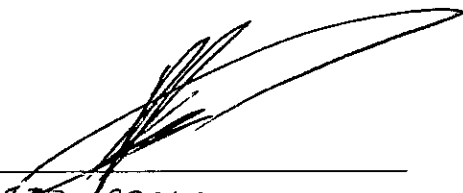


Nome: RICARDO RODRIGUES NUNES
Cargo: DIRETOR

Nome: LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA
Cargo: DIRETOR

Página de assinaturas 6/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

RICARDO RODRIGUES NUNES



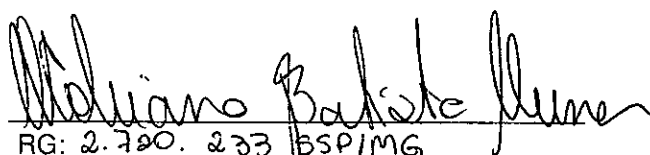
RG: 4.904.553 SSP/MG

CPF: 749.467.146-34

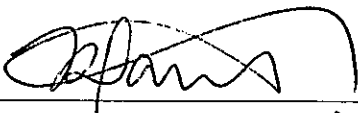
2

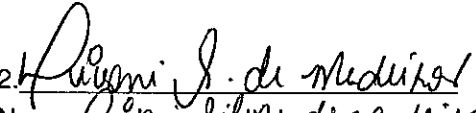
Página de assinaturas 7/7 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Lojas Insinuante S.A.

ADRIANA BATISTA NUNES


RG: 2.720.233/SP/MG
CPF: 000.831.806-99

Testemunhas

1. 
Nome: FABÍOLA R. SANTOS
CPF: 17104043388
RG:

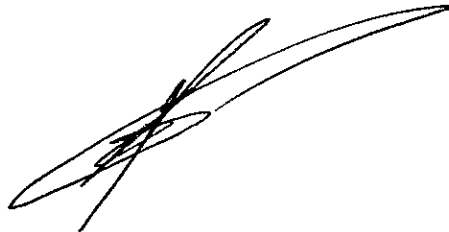
2. 
Nome: FABIANO JILVA DE MEDEIROS
CPF: 350.738.078-12
RG:

ANEXO I

Lista das dívidas da Emissora que serão objeto da destinação de recursos

Grupo	Empresa	Banco	Contrato	Saldo devedor estimado em 30/04/2014*
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5603963	R\$ 4.035.345,67
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5608493	R\$ 2.020.989,62
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5612461	R\$ 2.421.615,33
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5694752	R\$ 6.008.988,34
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5719415	R\$ 4.365.872,70
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5802916	R\$ 5.215.586,36
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5828664	R\$ 4.229.442,65
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5833030	R\$ 4.473.267,99
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5910643	R\$ 7.014.251,75
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	5994018	R\$ 7.773.680,08
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6083278	R\$ 4.273.179,04
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6378923	R\$ 3.456.933,57
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6617489	R\$ 4.889.034,21
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6771370	R\$ 9.346.764,87
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6866939	R\$ 33.711.967,84
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	6960974	R\$ 8.836.443,39
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	7002678	R\$ 9.116.881,31
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	7063792	R\$ 11.791.845,89
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	7087551	R\$ 11.250.828,46
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	7108227	R\$ 28.056.195,19
Insinuante	Insinuante	Banco Bradesco	3649427	R\$ 6.206.444,56
Insinuante	Insinuante	Banco Itaú	101113080002100	R\$ 32.495.111,79
Insinuante	Insinuante	Banco HSBC	12700360583	R\$ 3.227.528,41
Insinuante	Insinuante	Banco HSBC	12700360761	R\$ 537.748,45
Insinuante	Insinuante	Banco HSBC	12700424751	R\$ 3.060.373,44
TOTAL ESTIMADO				R\$ 217.816.320,91

* Saldo devedor estimado em 30/04/2014, meramente orientativo, visto que o valor exato será obtido somente na liquidação do saldo devedor.




ANEXO II

Cronograma de Amortização Programada

Data de Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
16/06/2015	1,6666%
16/07/2015	1,6666%
16/08/2015	1,6666%
16/09/2015	1,6666%
16/10/2015	1,6666%
16/11/2015	1,6666%
16/12/2015	1,6666%
16/01/2016	1,6666%
16/02/2016	1,6666%
16/03/2016	1,6666%
16/04/2016	1,6666%
16/05/2016	1,6666%
16/06/2016	1,6666%
16/07/2016	1,6666%
16/08/2016	1,6666%
16/09/2016	1,6666%
16/10/2016	1,6666%
16/11/2016	1,6666%
16/12/2016	1,6666%
16/01/2017	1,6666%
16/02/2017	1,6666%
16/03/2017	1,6666%
16/04/2017	1,6666%
16/05/2017	1,6666%
16/06/2017	1,6666%
16/07/2017	1,6666%
16/08/2017	1,6666%
16/09/2017	1,6666%
16/10/2017	1,6666%
16/11/2017	1,6666%
16/12/2017	1,6666%
16/01/2018	1,6666%

16/02/2018	1,6666%
16/03/2018	1,6666%
16/04/2018	1,6666%
16/05/2018	1,6666%
16/06/2018	1,6666%
16/07/2018	1,6666%
16/08/2018	1,6666%
16/09/2018	1,6666%
16/10/2018	1,6666%
16/11/2018	1,6666%
16/12/2018	1,6666%
16/01/2019	1,6666%
16/02/2019	1,6666%
16/03/2019	1,6666%
16/04/2019	1,6666%
16/05/2019	1,6666%
16/06/2019	1,6666%
16/07/2019	1,6666%
16/08/2019	1,6666%
16/09/2019	1,6666%
16/10/2019	1,6666%
16/11/2019	1,6666%
16/12/2019	1,6666%
16/01/2020	1,6666%
16/02/2020	1,6666%
16/03/2020	1,6666%
16/04/2020	1,6666%
16/05/2020	saldo do Valor Nominal Unitário




2